

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DA EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PEDAGOGIA

RELAÇÃO FAMÍLIA ESCOLA: inclusão educacional

Aline de Fátima Caixeta Oliveira

Patos de Minas, MG
2025

Aline de Fátima Caixeta Oliveira

RELAÇÃO FAMÍLIA ESCOLA: inclusão educacional

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU como requisito básico para a conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador (a): Robson Luiz de Fraça

Patos de Minas, MG

2025

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO – TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO | 4 |
| 2 JUSTIFICATIVA..... | 6 |
| 3 OBJETIVOS..... | 7 |
| 3.1 OBJETIVO GERAL | 7 |
| 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 7 |
| 4 METODOLOGIA DA PESQUISA..... | 8 |
| 5 DESENVOLVIMENTO..... | 9 |
| 5.1 CAPÍTULO 1: Inclusão escolar na rede pública de ensino..... | 9 |
| 5.2 CAPÍTULO 2: Influência das famílias no processo de ensino e aprendizagem..... | 12 |
| 5.3 CAPITULO 3: Removendo barreiras: a colaboração entre escola e família na inclusão escolar..... | 14 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 16 |
| REFERÊNCIAS..... | 17 |

1 INTRODUÇÃO – TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO

A inclusão de alunos com necessidades especiais ou de grupos historicamente marginalizados na escola regular é um desafio e uma oportunidade para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No Brasil, o avanço de políticas públicas de inclusão trouxe à tona a importância de uma colaboração ativa entre escola e família, pois essa parceria se mostra fundamental para que o processo de inclusão ocorra de maneira eficaz.

A relação entre a família e a escola possibilita que o aluno se sinta apoiado e compreendido, o que facilita sua adaptação e desenvolvimento integral dentro do ambiente escolar. No entanto, mesmo com os avanços, ainda há muitos obstáculos que limitam o sucesso dessa parceria e, conseqüentemente, o pleno desenvolvimento do aluno.

Como diz na LDB 9.394 (Brasil, 1996) é um dever da escola e da família, responsabilidade de ambas adaptar-se as aos alunos com NEE, onde ela afirma:

Art.2º. A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim, como superar as barreiras e construir uma relação sólida e colaborativa entre escola e família na inclusão? Quais estratégias podem ser adotadas para garantir que essa parceria realmente contribua para o desenvolvimento integral do aluno?

Apesar da importância dessa parceria, a relação entre família e escola na inclusão enfrenta desafios importantes. Muitas vezes, escolas e famílias têm perspectivas e expectativas diferentes sobre o papel de cada um no processo educativo, o que pode gerar conflitos e uma desconexão na abordagem inclusiva.

Falta de formação e preparo dos profissionais de educação, somada à carência de recursos pedagógicos e estruturais, dificulta a implementação de práticas inclusivas adequadas. Por outro lado, as famílias também enfrentam dificuldades, como a falta de informação e apoio para compreender as necessidades do aluno e a melhor forma de colaborar com a escola. Esse cenário cria uma tensão

que impacta diretamente o aluno, que muitas vezes não recebe o suporte necessário para participar plenamente da vida escolar.

Superar as barreiras na relação entre escola e família no processo de inclusão exige compromisso, sensibilidade e estratégias bem estruturadas. Para construir uma parceria sólida e colaborativa, é essencial que ambas as partes estejam dispostas a dialogar e a buscar soluções conjuntas, com o objetivo de garantir o desenvolvimento integral do aluno.

Promover estratégias em um ambiente de respeito e empatia, é fundamental para que o aluno se sinta aceito e valorizado, ampliando as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento pessoal. Dessa forma, uma parceria entre escola e família pode transformar o processo inclusivo em uma experiência de crescimento para todos os envolvidos.

2 JUSTIFICATIVA

A justificativa para fortalecer a relação entre família e escola no processo de inclusão se baseia no papel essencial que essa parceria contribui no desenvolvimento integral do aluno. A inclusão escolar busca integrar alunos com necessidades especiais e pessoas de grupos sociais diversos em um ambiente educacional comum, respeitando suas particularidades e promovendo uma educação igualitária e de qualidade. Para que essa inclusão seja bem-sucedida, a colaboração entre escola e família é necessária.

Estudos de Ribeiro, Oliveira e Alves (2023) mostram que o envolvimento ativo da família no ambiente escolar contribui significativamente para o desenvolvimento acadêmico, emocional e social dos alunos. Os autores também pontuam que a participação ativamente dos pais, provocam resultados mais positivos. Este envolvimento inclui criar rotinas de estudo em casa, apoiar emocionalmente os filhos e manter uma comunicação eficaz com a escola, promovendo um ambiente favorável para o aprendizado e desenvolvimento geral da criança.

Quando as famílias participam do processo educacional, elas podem fornecer informações úteis sobre as necessidades, capacidades e dificuldades de seus filhos, ajudando a escola a adaptar métodos e recursos para garantir um aprendizado eficaz. Além disso, a presença e o apoio da família geram no aluno um sentimento de segurança e pertencimento, essencial para que ele se sinta reunido e motivado a participar das atividades escolares.

A escola, por sua vez, ao estabelecer uma comunicação constante e aberta com as famílias, pode orientar e sensibilizá-las sobre o processo de inclusão e os desafios enfrentados. Com isso, os pais tornam-se mais preparados para apoiar a educação dos seus filhos em casa, fortalecendo uma parceria baseada na confiança e cooperação. Essa relação contribui também para reduzir preconceitos e estigmas, promovendo uma cultura escolar que valoriza a diversidade e o respeito às diferenças.

Portanto, uma relação próxima entre família e escola no contexto da inclusão é fundamental para garantir que o aluno não apenas aprenda, mas também se desenvolva como indivíduo, sendo respeitado em sua população e fazendo no ambiente escolar um espaço seguro e acolhedor.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender a relação entre família e escola na colaboração do desenvolvimento dos estudantes com necessidades especiais, sociais e emocionais a partir do acompanhamento e envolvimento na resolução de problemas e conflitos presentes no dia a dia da escola.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar como ocorre o processo de inclusão do estudante na rede pública de ensino, fazendo um paralelo com o que regem as leis que defendem a inclusão, detectando deste modo o perfil da escola.
- Pesquisar o modo como às situações familiares influenciam no processo de ensino e aprendizagem escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais.
- Identificar formas de remover barreiras à inclusão educacional, implementando adaptações e suportes necessários que atendam às demandas dos alunos com necessidades especiais, a partir do apoio familiar.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo tem como metodologia base a pesquisa bibliográfica sobre: família e escola na inclusão. Quanto ao tipo de pesquisa, esta foi caracterizada como qualitativa, descritiva e bibliográfica e documental.

A pesquisa científica segue caminhos para chegar ao objetivo, isso precisa de uma metodologia que proporcione ao pesquisador se encontrar na pesquisa e refletir sobre suas indagações e responder a um só objetivo que é o de conseguir alcançar a realidade. (MARCONI, LAKATOS, 2004).

A pesquisa bibliográfica amplia a cobertura de estudo muito mais que o que poderia ser feito diretamente, ela dá suporte a todas as fases de qualquer tipo de pesquisa. Busca a realidade com o objetivo de conhecê-la e interpretá-la sem interferir nela, além de poder descrever fenômenos, classificá-los e interpretá-los. (GIL, 1991, p.12)

A pesquisa bibliográfica será através da busca de em obras e artigos científicos além de dissertações e teses sobre o tema. Já a pesquisa documental será por meio de levantamento de documentos normativos, tais como legislação que trata da inclusão.

Para a busca pelos artigos científicos serão utilizados como descritores: família e escola, família e inclusão escolar; papel da família na escola. Já critérios para a escolha dos artigos científicos, serão os seguintes: publicados em revistas brasileiras e no idioma português; corte temporal de até 10 anos de publicação; qualidade na explanação do assunto deste estudo. A base de dados para a busca dos artigos será via repositório acadêmico Google acadêmico, Scielo e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD.

A pesquisa descritiva busca a realidade com o objetivo de conhecê-la e interpretá-la sem interferir nela, além de poder descrever fenômenos, classificá-los e interpretá-los. (MARCONI, LAKATOS, 2004).

A opção pela pesquisa bibliográfica teve como objetivo buscar informações dadas a partir de materiais já existentes sobre o assunto, em livros, revistas, web sites, leituras em estudos de casos; para fomentar dados do problema ainda não evidentes.

5 DESENVOLVIMENTO

5.1 CAPÍTULO 1: Inclusão escolar na rede pública de ensino

A escola é um espaço que reflete a diversidade cultural e social, atendendo a indivíduos com diferentes metas, crenças e necessidades. Essa pluralidade é uma característica intrínseca, que acolhe pessoas com variadas perspectivas, sejam elas de ordem religiosa, política ou social (Silva Neto, 2018). Além disso, a escola desempenha um papel fundamental na transformação do indivíduo, promovendo mudanças comportamentais resultantes do aprendizado.

Mas essa concepção de escola inclusiva é recente. Foi a partir do século XX, que as pessoas com deficiência passaram a ser vistas como cidadãos, que possuem direitos e deveres, isso ocorreu após a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que serviu de norte para que as famílias comesçassem a criticar a discriminação e procurarem melhorias de vidas para as pessoas com deficiências. A partir daí a sociedade começa a ter uma nova visão e passam a defender a inclusão.

A Organização das Nações Unidas – ONU, ao lançar a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, em 9 de novembro de 1975, conceituou, em seu artigo primeiro, o termo pessoa deficiente como “qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais (ONU, 1975).

No Brasil, a inclusão escolar na pessoa com deficiência é consolidada pelo Artigo 208, inciso III, da Constituição Federal de 1988 que determina ao Estado o dever de assegurar uma educação efetivada mediante a garantia de atendimento educacional especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino (Brasil, 1988).

Existe uma trajetória histórico-cultural expressiva para chegar à conjuntura vivência no contexto atual da inclusão escolar, e sua implementação ainda enfrenta desafios significativos. Segundo o Censo demográfico (Brasil, 2019) cerca de 24% da população nacional sofre com algum tipo de deficiência, podendo apresentar-se como física, sensorial ou mental, congênita ou adquirida.

Essas informações destacam a importância de políticas públicas e práticas pedagógicas inclusivas como pilares fundamentais para transformar o ambiente escolar em um espaço de acolhimento, aprendizado e valorização das diferenças. A educação inclusiva, nesse contexto, torna-se um campo que exige ações intersetoriais e reflexões constantes, alinhadas aos princípios estabelecidos pela Declaração de Salamanca (1994), que foi um marco no avanço das discussões sobre inclusão e acessibilidade educacional no Brasil.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Elas devem incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e trabalhadoras, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou áreas desfavorecidos ou marginalizados.

Essa passagem reflete o princípio central da inclusão escolar, enfatizando a necessidade de garantir acesso, participação e aprendizado significativo para todos os estudantes no sistema educacional. Desde então, o Brasil tem avançado na implementação das diretrizes inclusivas, possibilitando que crianças e jovens de 4 a 17 anos com deficiência ou necessidades educacionais especiais ganhem maior espaço na rede de ensino regular (Santos, 2021).

Nesse sentido, (Silva Neto *et al.*, 2018) explana que a educação inclusiva representa uma mudança transformadora em direção a uma sociedade mais inclusiva, buscando ampliar a participação de todos os estudantes nas escolas regulares, conforme pontua a Lei Brasileira de Inclusão (Art. 27, § 1º, da LBI, 2015), que reafirma:

É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. A oferta da educação inclusiva deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino, com a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de aprendizado, ao longo de toda a vida (Brasil, 2015).

Esse processo envolve a reestruturação da cultura escolar, bem como a revisão de práticas pedagógicas e políticas institucionais, com o objetivo de atender às diferentes necessidades dos alunos. É uma abordagem baseada em princípios humanísticos e democráticos, que reconhece e valoriza a singularidade de cada

indivíduo, promovendo seu desenvolvimento, satisfação pessoal e integração social de maneira abrangente e equitativa (Silva Neto *at al.*, 2018).

Contudo, é sabido que os desafios enfrentados pelas escolas para assegurar uma educação inclusiva são complexos e multifacetados e refletem tanto questões estruturais, práticas no cotidiano das escolas e apoio familiar. Conforme Santos (2020, p. 8) aponta:

parece fácil incluir, mas não é, estamos falando de interação, de participação de recursos que permita que cada aluno com alguma necessidade se sinta igual ao realizar com êxito uma tarefa na sala de aula. Quando listamos o que seria necessário ao perfil de uma escola inclusiva até pensamos ser coisas básicas, no entanto, toda mudança requer recursos financeiros e investimentos e é isso que muitas das vezes torna-se o grande problema da rede pública.

Ademais, a ausência de um diálogo efetivo entre escolas, famílias e gestores torna-se um entrave, dificultando a construção de estratégias colaborativas para atender às necessidades dos estudantes (Santos, 2021). Uma vez que, para a escola, a falta de comunicação pode levar a um desalinhamento entre o que os alunos realmente precisam e as ações implementadas pela escola bem como impedir uma visão clara dos desafios enfrentados pelo estudante.

Todavia, quando se trata de uma escola inclusiva para alunos com deficiência, é essencial reconhecer que o processo de aprendizagem dentro de uma sala de aula regular é plenamente viável. Superar a visão excludente de que esses estudantes não têm capacidade de aprender, conviver e evoluir ao lado dos demais é um passo crucial. É nesse ambiente educacional que a transformação contínua se consolida, permitindo que os alunos assimilem conteúdos, interajam e construam conhecimentos em conjunto com seus colegas, fortalecendo a inclusão e a convivência respeitosa (Silva Neto *at al.*, 2018).

A escola é um espaço de interação social, um dos pilares essenciais da inclusão escolar e a aprendizagem, Segundo Vygotsky (1984), ativa processos internos de desenvolvimento que se manifestam apenas quando a criança interage com as pessoas ao seu redor e colabora com seus pares. Essa abordagem reforça a ideia de que o ambiente escolar é um espaço privilegiado para promover não apenas a aquisição de conhecimento, mas também o desenvolvimento social e emocional, especialmente para alunos com deficiência, que encontram nas interações cotidianas oportunidades de crescimento mútuo e inclusão.

5.2 CAPÍTULO 2: Influência das famílias no processo de ensino e aprendizagem

Segundo Kaloustian (1988, p.30), a família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais.

Gokhale (1980, p.80) acrescenta que a família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas é também o centro da vida social. A educação bem sucedida da criança na família é que vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando for adulto. A família tem sido, é e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas.

Evidenciado, no nosso tipo de organização social, o papel crucial da família quanto a proteção, afetividade e educação, onde buscar fundamentação para a relação educação escola/família? O dever da família com o processo de escolaridade e a importância da sua presença no contexto escolar é publicamente reconhecido na legislação nacional e nas diretrizes do Ministério da Educação aprovadas no decorrer dos anos 90, tais como:

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), nos artigos 4º e 55 estabelece a Política Nacional de Educação Especial, que adota como umas de suas diretrizes gerais: adotar mecanismos que oportunizem a participação efetiva da família no desenvolvimento global do aluno. E ainda, conscientizar e comprometer os segmentos sociais, a comunidade escolar, a família e o próprio portador de necessidades especiais, na defesa de seus direitos e deveres. Entre seus objetivos específicos, temos: envolvimento familiar e da comunidade no processo de desenvolvimento da personalidade do educando.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), nos artigos 1º, 2º, 6º e 12 e por sua vez o Plano Nacional de Educação (aprovado pela Lei nº 10172/2007), que define como uma de suas diretrizes a implantação de conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar (composta também pela família)

e local na melhoria do funcionamento das instituições de educação e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos.

E não podemos deixar de registrar a recente iniciativa do MEC que instituiu a data de 24 de abril com o Dia Nacional da Família na Escola. Neste, todas as escolas deveriam convidar os familiares dos alunos para participar de suas atividades educativas, pois conforme declaração do ex-Ministro da Educação "quando os pais se envolvem na educação dos filhos, eles aprendem mais".

Portanto seja necessário que conheçamos as razões pelas quais as famílias não têm correspondido ao que os educadores esperam enquanto sua participação na escola. Para tal, precisamos nos despir da postura de juízes que condenam sem conhecer as razões e incorporarmos o espírito investigador que busca as causas para o desconhecido.

5.3 CAPITULO 3: Removendo barreiras: a colaboração entre escola e família na inclusão escolar

A inclusão escolar sendo um princípio fundamental para garantir o direito à educação de todas as crianças, com ou sem necessidade e para que esse processo seja eficaz, a colaboração entre escola e família é essencial, pois permite a construção de um ambiente acolhedor, acessível e estimulante para o desenvolvimento integral dos estudantes.

A parceria entre escola e família fortalece o suporte oferecido aos alunos e contribui para a remoção de barreiras que podem dificultar sua participação plena no ambiente escolar. A escola, como espaço de aprendizagem e socialização, deve estar aberta ao diálogo e à escuta das necessidades individuais dos estudantes, enquanto as famílias desempenham um papel crucial ao compartilhar informações sobre as especificidades de seus filhos e apoiar suas trajetórias acadêmicas.

Para que essa colaboração seja efetiva, algumas estratégias podem ser implementadas. Primeiramente, é fundamental a promoção de encontros regulares entre professores, coordenadores e familiares, nos quais possam ser discutidos os desafios e avanços da inclusão. Além disso, formações continuadas para educadores e famílias ajudam a ampliar a compreensão sobre as diferentes formas de apoio necessárias para cada aluno.

A implementação de práticas pedagógicas inclusivas, como o uso de tecnologias assistivas, adaptação curricular e metodologias ativas, também desempenha um papel essencial na criação de um ambiente escolar mais acessível. Além disso, é importante incentivar a participação dos pais nas atividades escolares, promovendo uma cultura de inclusão que envolva toda a comunidade.

O uso de barreira metodológica se diz necessário pois é onde de fato o educador “alterar métodos e técnicas de ensino que excluam ou impossibilitem que qualquer dos alunos acompanhe as aulas” (Revista Educação, 2014, p. 2).

Para superar as barreiras e favorecer a acessibilidade metodológica, é necessário que haja “Inexistência de barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária e familiar” (CRPG, 2012, p. 1).

A colaboração entre escola e família é um fator determinante para o sucesso da inclusão escolar. Quando ambos os lados atuam juntos, superando desafios e

construindo pontes, cria-se um ambiente no qual todas as crianças podem aprender e se desenvolver de maneira plena, respeitando suas singularidades e potencializando suas habilidades. Dessa forma, a inclusão escolar se torna uma realidade concreta e efetiva, beneficiando não apenas os estudantes, mas toda a sociedade.

É preciso que escola e família unam-se nesta tarefa, que é a cada dia mais complexa. Educar sempre foi tarefa difícil e complexa, mas hoje, em função de todas as transformações que ocorreram no mundo e na sociedade, educar ficou ainda mais difícil, pois as crianças e os jovens são extremamente diferentes daquilo que já foram um dia. Nossos parâmetros educacionais têm pouca serventia hoje e só são aplicáveis em alguns raríssimos casos. Se há um momento na história da humanidade em que família e escola precisaram trabalhar unidas, o momento é agora (LÓPEZ, 2000, p.98).

Assim há necessidade em se buscar uma solução do dilema entre família e escola. Trabalho unido ou à quatro mãos, como costumamos dizer, não é uma querendo atropelar o fazer da outra, mas dar apoio e aval às ações da outra. Da mesma forma que a escola não pode interferir na vida familiar, esta não pode e não deve interferir no âmbito da escola.

Verifica-se que, a partir da parceria entre as escolas e as famílias, é possível melhorar as possibilidades de aprendizagem dos alunos com deficiência e sua inclusão em todas as esferas da sociedade, desde que sejam dados os apoios necessários, pois, nessas interrelações dos familiares de alunos com deficiência e dos profissionais do ensino, podem emergir tensões que favorecem todos na construção de expectativas mais positivas quanto ao processo de ensinoaprendizagem desse público.

Por fim, considera-se que o objetivo geral desta pesquisa foi alcançado e que os resultados podem contribuir para novas reflexões sobre a necessária reestruturação dos sistemas de ensino como um todo para que a inclusão, de fato, aconteça. Conclui-se que não basta apenas incluir esses alunos nas salas comuns, eles precisam ser parte da escola e participar realmente de todas as experiências proporcionadas por ela em condições de igualdade com os demais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises das percepções de famílias de alunos com deficiência sobre as estratégias da escola no processo de inclusão escolar ressaltaram ainda mais a importância de pesquisas como esta que está em tela para contribuir com a construção de escolas, de fato, inclusivas, que reconheçam e respeitem as diferenças, e possibilitem a participação e o desenvolvimento de todos os alunos, inclusive os alunos com deficiência.

Verificou-se que a parceria entre as escolas e as famílias é fundamental para a educação inclusiva e, para isso, é necessário que a escola esteja aberta a ouvir os familiares, ao mesmo tempo em que esses devem participar ativamente da vida escolar dos seus filhos. Essa troca de conhecimentos possibilita a ambos a identificação das necessidades e potencialidades dos sujeitos que estão em desenvolvimento sob suas supervisões.

A família é a primeira experiência de mediação do processo de aprendizagem das crianças e de inclusão social que as crianças experienciam. Depois, a escola entra como um importante elemento para a continuidade da construção do desenvolvimento integral dos sujeitos. Portanto, é importante que ela conheça a história e condição de vida dos seus alunos para que possa identificar os melhores 18 caminhos para proporcionar uma experiência de aprendizagem significativa. E isto só é possível se houver, de fato, uma boa relação entre as famílias e as escolas.

Em decorrência das reflexões desenvolvidas neste artigo, foi observado que a efetivação da política educacional inclusiva preconizada na legislação e referenciada na literatura implica a reestruturação de todo o sistema de ensino, porque seria necessário fazer com que a escola fosse verdadeiramente aberta às diferenças.

O estudo permite concluir que seja necessário o diálogo entre escola, família e demais profissionais envolvidos no ensino dos estudantes, onde o perfil é neurodivergente, a fim de que todos possam contribuir com o que é próprio do papel de cada um. A conduta irá se refletir no aumento das possibilidades reais de desenvolvimento das potencialidades desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

BARROS, Jackeline Miranda de; OLIVEIRA, Yara Fonseca de. **Concepções de escola inclusiva: o olhar da família de pessoas com TEA sob análise.** *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, nº 10, 26 de março de 2024. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/24/10/concepcoes-de-escola-inclusiva-o-olhar-da-familia-de-pessoas-com-tea-sob-analise>. Acesso em: 24 mar. 2025.

BATISTA, Leticia Alves; CARDOSO, Maykon Dhones de Oliveira. **Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade.** *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 44, 17 de novembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade>. Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. **Censo Demográfico de 2020 e o mapeamento das pessoas com deficiência no Brasil.** Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas Coordenação Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência, Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. **LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Coleção de Leis do Brasil - 1996, Página 6544 Vol. 12. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 07 out. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 1991.

GOKHALE, S. O. A Família Desaparecerá? In **Revista Debates Sociais** nº 30, ano XVI. Rio de Janeiro, CBSSIS, 1980.

KALoustian, S. M. (org.) *Família Brasileira, a Base de Tudo*. São Paulo: **Cortez**; Brasília-DF: UNICEF, 1988.

LIMA, Simone Mazureki Soares de. *O olhar das famílias sobre os caminhos da inclusão escolar*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação e Diversidade) - **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina**, Canoinhas, 2020. Disponível em: repositorio.ifsc.edu.br. Acesso em: 29 jan. 2025.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. V.. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ONU - Organização Das Nações Unidas. **Declaração dos direitos das pessoas deficientes**. Adotada pela Assembleia Geral da ONU em 9 de dezembro de 1975. Disponível em: <http://www.ct.ufpb.br/lacesse/contents/documentos/legislacao-internacional/declaracao-dos-direitos-das-pessoas-deficientes-onu-1975.pdf/view>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ONU -Organização das Nações Unidas. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.**

Unesco: [s. l.],1994. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em:06 nov. 2024.

RIBEIRO, Franrobson Rodrigues; OLIVEIRA, Samara Pinheiro de; ALVES, Gabriel Cunha. A importância da participação ativa da família no âmbito escolar. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, nº 45, 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/45/a-importancia-da-participacao-ativa-da-familia-no-ambito-escolar>. Acesso em 28 nov, 2024

SANTOS, A. F. dos. Educação inclusiva: uma análise sobre os avanços e os desafios enfrentados no contexto atual da educação básica no Brasil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 05, Vol. 03, pp. 36-45. Maio de 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/desafios-enfrentados>. Acesso em 10 nov. 2024.

SANTOS, S. G. dos. Desafios para a educação inclusiva: paradigmas educacionais no contexto da educação especial. **Revista Triângulo**, Uberaba - MG, v. 14, n. 2, p. 114–132, 2021. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/5111>. Acesso em: 30 nov. 2024.

SILVA NETO, Antenor de Oliveira *et al.* Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, vol. 31, núm. 60, pp. 81-92, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313154906008/html/>. Acesso em: 15 nov. 2024

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.